

De “alemães no exterior” a brasileiros? A remigração de “alemães” do Brasil durante o III Reich e seu retorno após a II Guerra Mundial sob uma perspectiva transnacional

From “Germans abroad” to Brazilians? The remigration of “Germans” from Brazil during the III Reich and their return after WW II under transnational perspective

Méri Frotscher

UNIOESTE

merikramer@hotmail.com

Resumo: Este paper trata da problemática das identidades e identificações na história de migrações múltiplas entre Brasil e Alemanha, durante a primeira metade do século XX, sob perspectiva transnacional. Trata da “repatriação”, logo após a II Guerra Mundial, de descendentes de alemães nascidos no Brasil e que haviam se dirigido à Alemanha durante o III Reich, sobretudo entre 1938 e 1939.

Palavras-chave: migrações múltiplas – Alemanha – Brasil – identificações - história transnacional

Abstract: This paper treats multiple migrations between Germany and Brazil and the problematic of identity and identification in the history. During the Weimar Republic (1919-1932), mainly because of the economical crisis, many Germans migrated to Brazil. Some of them went back to Germany in 1938 and 1939. The German descendents born in Brazil were considered as Brazilians by the Brazilian government and as ethnic Germans by the Nazi government. After 1945 the Allied powers recognized the Brazilian citizenship of most of them what made possible their repatriation.

Keywords: multiple migrations – Germany – Brazil – identities – transnational history

Trataremos neste texto¹ da problemática das identidades e identificações na história a partir das complexas migrações múltiplas entre Brasil e Alemanha vividas na primeira metade do século XX. A narração de um episódio da história de vida da senhora Vogt, filha de um pastor alemão da igreja luterana, nascida no seio de uma família pequeno burguesa no Sul do Brasil em 1921, nos servirá de mote para introduzir o complexo enredo que envolveu inúmeras famílias que transitaram entre ambos os países neste período.

Com a idade de 17 anos, a entrevistada acompanhou a família em viagem de férias à Alemanha, quando resolveu ali permanecer sozinha para estudar música. Seus estudos foram possibilitados pela obtenção de uma bolsa da VDA – *Volksbund für das Deutschtum im*

¹ Pesquisa financiada pela Bolsa do Programa de Estágio Pós-Doutoral da CAPES (Proc. BEX 1236/10-5), realizado entre setembro de 2010 e julho de 2011 junto ao Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim.

Ausland, uma entidade não governamental, mas naquele momento já cooptada pelo governo nacional-socialista, que visava manter o *Deutschtum* (germanidade)² entre os descendentes de alemães pelo mundo e que há décadas apoiava, entre outras entidades, a igreja evangélica de confissão luterana no Brasil. O irromper da guerra, em setembro de 1939, a separou da família, que havia retornado ao Brasil, cortando-lhe os canais de comunicação. Em 1942, dias após o casamento com um ex-colega de estudos, oficial da *Luftwaffe* (aeronáutica alemã), o marido morreu em combate. Grávida, trabalhou como professora de música na Polônia ocupada, vivendo o final da guerra com seu bebê numa pequena cidade alemã. Em entrevista realizada com ela em língua alemã, recentemente, assim ela comenta sobre seu primeiro encontro com as tropas de ocupação norte-americanas:

Und dann klopft es schon an unsere Tür, weist Du, das war so ein amerikanischer Soldat, so ein Negerjung, war ein Neger: „Have You Paper?“ [?] und dann hab ich mich gleich als Südamerikanerin [?] , nicht, und da hab ich zum Glück einen ganz kleinen Ausweis - ich hatte ja, ich war ja schon Deutsche - von der Vacina hier in [Name der Stadt] Curitiba, bevor ich weg [ging]- da war dann die brasilianische Fahne drauf, e ele caiu nessa!³

Apresentar-se como sul-americana significava sobretudo apresentar-se como “não-alemã”. Constituiu uma estratégia que lhe garantiu não somente melhor tratamento, se comparado ao dado aos demais alemães que moravam na mesma edificação, como ela mesma relata na sequência da entrevista, como também lhe trouxe, mais tarde, a possibilidade de voltar ao Brasil enquanto cidadã brasileira com a ajuda do governo brasileiro.

A tradução do trecho, necessária para a compreensão do leitor de língua portuguesa, não permite perceber que a entrevistada se utiliza de três línguas para contar esta anedota, realizando shifts linguísticos em dois momentos. No meio da narrativa em língua alemã, reproduz em inglês a interpelação do soldado norte-americano com o intuito de reconstituir a cena (“Have you paper?”). Noutro momento, utiliza expressão em língua portuguesa (“E ele caiu nessa!”) para frisar à interlocutora, também nascida no Brasil – e aqui se percebe o caráter dialógico das fontes orais, - o sucesso de sua estratégia de se apresentar como

² O termo *Deutschtum*, em geral traduzido simplesmente como germanidade, remete a um conjunto de traços que serviam para definir a identidade alemã, tais como, a ascendência alemã, o uso da língua alemã como língua materna, o compartilhamento de costumes e tradições alemães.

³ Tradução livre da autora/entrevistadora: „E então eles já bateram à nossa porta, sabe, era um soldado americano, um neguinho, ele era negro: „Você tem papéis?“ [?] e então eu logo me apresentei como sul-americana. [?], né? E eu por sorte tinha um documento de identificação bem pequeno – eu já tinha, eu já era alemã – da vacina aqui de [nome da cidade], antes de eu partir – e ali estava a bandeira brasileira em cima. E ele caiu nessa! Entrevista concedida à autora pela senhora Vogt (pseudônimo). Curitiba, 10.02.2010.

brasileira. A expressão em português, a qual serve para exprimir certa esperteza ao lidar com aquela situação, é o ponto alto da anedota. Assim ela traduz o “jeitinho” utilizado naquele momento de derrota da Alemanha, quando os alemães esperavam mal tratamento por parte das tropas de ocupação.

A legislação vigente que então regulamentava a nacionalidade brasileira, baseada no *jus solis*, garantiu não somente à entrevistada, mas a centenas de pessoas nascidas no Brasil e que se encontravam na Alemanha durante a II Guerra Mundial, a grande maioria descendentes de cidadãos alemães, o direito de serem “repatriadas” após o final do conflito. Entre 1947 e 1949, a Missão Militar Brasileira, enviada a Berlim pelo governo brasileiro, em cooperação com a administração militar aliada da Alemanha, “repatriou” quase 2.500 cidadãos brasileiros, acompanhados de parentes de cidadania alemã, totalizando 5.885 pessoas.

O relato oral acima citado expressa de maneira muito viva a estratégia utilizada pela entrevistada no sentido de não ser confundida com os alemães, muito embora ela mesma admita que naquele momento dispunha da cidadania alemã. Mas se ela se identificou como cidadã brasileira logo no primeiro encontro com as tropas de ocupação, outros descendentes de alemães oriundos do Brasil só se reconheceram e reivindicaram seus direitos de cidadãos brasileiros quando souberam da possibilidade de retorno ao Brasil com a ajuda do governo brasileiro, segundo informações prestadas por outros entrevistados e também por fontes emitidas pela Missão Militar Brasileira e pelas autoridades norte-americanas na Alemanha ocupada. O reconhecimento da cidadania brasileira após a guerra abria a chance para recomeçar a vida no Brasil, longe de uma Alemanha derrotada e ocupada pelos inimigos. Talvez em nenhum outro momento da vida destas pessoas tenha se dado tanto valor à posse de papéis brasileiros.

As trajetórias destes sujeitos nos introduz à problemática das identidades e identificações na história de migrações múltiplas entre Brasil e Alemanha durante a primeira metade do século XX, questão ainda não explorada em sua complexidade pelas historiografias alemã e brasileira. Baseada em fontes documentais consultadas em acervos brasileiros e alemães e em fontes orais produzidas no Brasil com pessoas que vivenciaram tais deslocamentos, a investigação que desenvolvemos traz à luz alguns pontos que complexificam a escrita da própria história deste processo. Já a denominação destes migrantes – brasileiros? alemães? teuto-brasileiros? entre outras denominações possíveis de serem encontradas - é complexa. Sua identificação dependia não apenas do contexto espacial e

temporal, mas também da perspectiva e dos interesses dos diferentes nomeadores. Além da identificação por outrem, há que se levar em conta, e aqui as fontes são mais escassas, os posicionamentos identitários dos próprios migrantes expressos em diferentes situações e momentos.

Trata-se aqui da mobilidade internacional de um conjunto de pessoas que viveu um processo de migrações múltiplas entre ambos os países e que construíram trajetórias e memórias transnacionais. Não se trata de abordar, portanto, tal problemática a partir de trajetórias de imigrantes alemães no Brasil ou de imigrantes brasileiros na Alemanha. A maioria das pessoas oficialmente “repatriada”, entre 1947 e 1949, era filha de alemães que haviam se dirigido ao Brasil pela primeira vez durante a República Weimar (1919-1932) e mantinha fortes ligações com o país de origem. Elas se dirigiram à Alemanha durante o Terceiro Reich (1933-1945), sobretudo entre 1938 e 1939, por uma série de razões, num contexto em que, de um lado, se fomentavam expectativas em relação à “Nova Alemanha” de Hitler e, de outro, se sentiam as primeiras ações da Campanha de Nacionalização e da política de repressão ao partido nazista no Brasil.

Trata-se de migrações múltiplas vividas num mesmo núcleo familiar ou às vezes até numa mesma geração e de famílias/pessoas que experimentaram, simultaneamente ou no decorrer deste processo, diversos papéis enquanto migrantes (emigrante/imigrante/remigrante/repatriado), vivendo, de formas variadas, encontros, desencontros, reencontros, confrontos socioculturais e políticos. As experiências migratórias e memórias destes migrantes não se limitam às fronteiras de um único país e nos levam a abandonar uma perspectiva historiográfica focalizada tradicionalmente no estado nacional. A remigração à Alemanha, por exemplo, seria impossível de ser compreendida sem lidar com os diferentes nacionalismos, tanto no Brasil como na Alemanha, os quais exerceram seus papéis neste movimento. Também se considerarmos a “repatriação” após a II Guerra, logo se percebe que as condições para o retorno ao Brasil dependeram não somente da situação interna no Brasil e na Alemanha, dos interesses brasileiros, mas também dos interesses econômicos e políticos dos Aliados. Somente quando se levanta o olhar por sobre as fronteiras do estado nacional e, com isso, se focalizam as interações e os processos, como pleiteia Albert Wirz (2001), pode-se ter em conta a complexidade das trajetórias destes migrantes.

“Wir wollen Heim ins Reich, uns reicht’s hier!”: a remigração para a Alemanha durante o III Reich

A remigração de populações de origem alemã de volta para a Alemanha foi um fenômeno que ocorreu não apenas durante o III Reich, mas que acompanhou a história das migrações alemãs pelo mundo. A remigração durante este período, entretanto, assumiu algumas particularidades que não poderemos detalhar aqui. Em diversas fontes escritas no período, tais como periódicos, documentos oficiais do regime nacional-socialista, cartas escritas pelos próprios migrantes, ou até mesmo em fontes orais produzidas no presente, a remigração é caracterizada como um movimento *Heim ins Reich*. Traduzir o termo como “movimento de volta à pátria”, embora seja uma possibilidade, não permite apreender o sentido político-ideológico, uma vez que não se trata do retorno a qualquer pátria. Tratava-se de um lema utilizado e instrumentalizado como propaganda do regime.

Na historiografia alemã a expressão *Heim ins Reich* se refere à política de incorporação de territórios e ao deslocamento coordenado de grupos de descendentes de alemães que viviam fora das fronteiras políticas alemãs para dentro delas durante e em razão do regime nacional-socialista. Por isso, na historiografia alemã, o termo aparece em geral associado a fatos como o *Anschluss* (anexação) da Áustria e a incorporação dos Sudetos ao *Reich* Alemão, ambos em 1938, a evacuação de alemães da Espanha durante a guerra civil naquele país,⁴ ao deslocamento de diversos grupos „alemães“ que moravam no Leste Europeu para dentro das fronteiras políticas alemãs, como os chamados *Baltendeutsche* (alemães do Báltico) e *Wolhyniendeutsche* (alemães da Volínia) e dos „alemães“ do Tirol, coordenado pelo governo nazista.

Muito embora a remigração a partir do Brasil não fizesse parte da política oficial nacional-socialista, diversas fontes escritas pelos próprios migrantes, consultadas pela autora, mostram que seus signatários se identificavam com esse lema, alguns identificando sua própria remigração como um movimento *Heim ins Reich*. Um de nossos entrevistados, nascido na Alemanha e que havia emigrado junto com a família aos dois anos para Santa Catarina, e que decidiu voltar sozinho aos 17 anos, em 1939, para servir ao exército alemão,

⁴ Heim ins Reich é, inclusive, o título de duas obras de historiadores sobre a anexação da Áustria e a incorporação dos Sudetos (ZENTNER, 1988 e GEBEL, 1999, respectivamente). Sobre os alemães evacuados da Espanha vide NORDEN (1998).

reproduz expressão corrente entre colegas que o acompanhavam no navio: “wir wollen heim ins Reich, uns reicht’s hier!” (Nós queremos voltar à pátria, estamos fartos daqui!) A frase, além de utilizar o lema *Heim ins Reich*, faz um trocadilho ao jogar com palavras de grafia aproximada, *Reich* (o substantivo Império, no caso, o Império alemão) e *reicht* (do verbo *reichen* = bastar), expressando assim o sentimento de descontentamento em relação ao Brasil e a firme vontade de voltar à pátria alemã.

O número de alemães e descendentes que moravam no Brasil e que retornaram para a Alemanha durante o III Reich é difícil senão impossível de precisar. Além da incompletude do acervo do *Rückwandereramt* (órgão responsável pelo cadastro dos remigrados) e da danificação de parte das listas dos navios oriundos do Brasil no período, há ainda a dificuldade de identificá-los nas estatísticas, tanto por conta da não indicação da categoria “remigrado”, como pelo fato de que parte deles tinha a cidadania alemã, parte a cidadania brasileira e outra parte, ambas.

Todas as filiais do *Rückwandereramt* tinham que enviar regularmente estatísticas sobre os remigrados à sua central em Berlim, conforme circulares expedidas pelo órgão. Entretanto, como o fundo não está completo, não foram localizadas no fundo existente estatísticas com números gerais da remigração. Listas de remigrados expedidas pelas companhias de navegação que aportavam em Hamburg – o principal porto de entrada, mas não o único - só existem até 1935, as demais foram destruídas durante a II Guerra Mundial. Mesmo que elas fossem existentes, elas não compreenderiam todos os que retornaram à Alemanha, além do fato de que as listas existentes não permitem distinguir entre os “remigrados” listados, aqueles que haviam estado por longa data no exterior daqueles que haviam estado apenas a trabalho ou a passeio, por curto período

A princípio nos pareceu uma possibilidade esclarecedora consultar as listas de membros do NSDAP que viviam fora da Alemanha, compiladas pelo governo militar aliado (*Office of Military Government for Germany*) em 1948 em Berlim, já que nelas foram assinalados os membros que haviam remigrado à Alemanha. A consulta minuciosa das listas demonstrou que entre os membros assinalados como oriundos do Brasil, 1.099 haviam retornado à Alemanha.⁵ Esta metodologia de investigação poderia constituir um termômetro confiável para medir a proporção numérica da remigração a partir do Brasil se houvesse um consenso em relação ao número total de membros do NSDAP no Brasil, o que não há em

⁵ A data do retorno, entretanto, não é indicada.

razão de uma série de motivos.⁶ Segundo Luis Moraes, o número de membros do NSDAP no Brasil oscila entre 2.903 e 5.000 pessoas (2003). Mesmo que fosse possível precisar este número, a partir das diversas listas existentes, haveria-se que considerar o fato de que nem todos os remigrados eram membros do NSDAP.

A dimensão do fluxo remigratório pode ser apreendida, entretanto, através de fontes contemporâneas como cartas de migrantes, relatórios e alguns artigos de jornais de língua alemã, os quais nos falam de uma onda remigratória a partir do Brasil nos anos 1938 e 1939. Segundo uma notícia propagandística de Berlim, publicada num jornal de língua alemã no exterior, fontes oficiais informavam que em 1938 teriam remigrado do Brasil 2.600 e até meados de 1939 3.000 alemães de volta à pátria.⁷ Segundo outro jornal de língua alemã, o *La Plata Zeitung*, publicado em Buenos Aires, o Brasil, era o primeiro país da estatística que computava o número de alemães remigrados oriundos do Além Mar naqueles anos, seguido dos Estados Unidos.⁸

Pela legislação que regulamentava a nacionalidade alemã, os filhos de cidadãos alemães nascidos no exterior tinham direito à cidadania alemã.⁹ Este era o caso de inúmeros descendentes de alemães oriundos do Brasil que haviam remigrado e que, assim, poderiam ser integrados à sociedade e à economia alemãs. O regime nazista, por conta dos preparativos e investimentos na indústria de guerra, visava absorver esta mão de obra. Além disso, a obrigatoriedade do serviço militar, reinstituída em 1935, também se aplicava aos cidadãos alemães que viviam fora do país e influenciou o retorno de inúmeros jovens. A propaganda de uma “Nova Alemanha”, presente em órgãos da imprensa de língua alemã e portuguesa no Brasil, despertou a atenção de muitos alemães e descendentes. Além da busca de melhores empregos e do cumprimento do serviço militar, problemas de saúde e de adaptação, a campanha de nacionalização e a repressão política no Brasil constam como motivos para a remigração nos questionários preenchidos pelos retornados junto ao órgão responsável em cadastrar e orientar os cidadãos alemães oriundos do exterior, o *Rückwandereramt*.¹⁰

⁶ Sobre a problemática envolvendo o número de membros do NSDAP no Brasil vide MORAES (2002).

⁷ Bericht aus Deutschland. Rückwanderung. Nome do jornal ilegível. Julho de 1939. Recorte de jornal contido na pasta NS 22-72. Arquivo Nacional Berlim.

⁸ Die Zahl der deutschen Rückwanderer steigt. *La Plata Zeitung*, Buenos Aires, 16.8.1939. Coleção de recorte de jornais do DAI – Deutsches Auslandsinstitut – Arquivo Nacional de Berlim.

⁹ Reichs- und Staatsangehörigkeitsgesetz vom 22.07.1913. Disponível em <http://www.documentarchiv.de/ksr/1913/reichs-staatsangehoerigkeitsgesetz.html> Acesso em 11.04.2011.

¹⁰ Fundos RWA – AO der NSDAP - Namen 3600 e RWA – AO der NSDAP - Länder 3601, Arquivo Nacional, Berlim.

Muitos remigrados oriundos do Brasil participaram de diversas organizações do Estado nacional-socialista e lutaram a favor da Alemanha durante a guerra.¹¹ A ideia de uma comunidade nacional e racial alemã (*Volksgemeinschaft*), apropriada e difundida pelos nacional-socialistas, assim como pressupunha a inclusão dos alemães étnicos (*Volksdeutsche*), justificava a exclusão de diversos outros grupos considerados indesejados. O regime de migrações nacional-socialista se pautou nesses princípios de exclusão e de inclusão. Sendo assim, a integração dos que retornavam à Alemanha não deveria passar sem um controle dos seus antecedentes políticos e criminais, o que era feito pelo *Rückwandereramt*, subordinado à Organização para o Exterior do NSDAP. Este órgão classificava os retornados, buscando aproveitá-los economicamente enquanto mão de obra, encaminhando-os inclusive à fábricas de armamentos. Oficialmente o órgão era responsável em orientar somente os cidadãos alemães (*Reichsdeutsche*) que haviam morado mais de três meses no exterior, identificados como *Rückwanderer* (remigrado). Este órgão se referia aos cidadãos alemães que moravam no exterior como *Auslandsdeutsche*, como forma de diferenciá-los dos *Volksdeutsche*, descendentes de alemães que não tinham a cidadania alemã. Não era atribuição do *Rückwandereramt*, pelo menos oficialmente, orientar estes últimos.

Muitos remigrados oriundos do Brasil, considerados alemães pela sua ascendência mas que não tinham a cidadania alemã (os chamados *Volksdeutsche*) foram orientados pela VoMi – *Volksdeutsche Mittelstelle*, órgão criado pelo NSDAP para coordenar sob uma direção todos os órgãos governamentais e do partido nazista que lidavam com questões atinentes aos *Volksdeutsche*. Desde o verão de 1939, uma das principais atribuições da VoMi foi preparar a remigração de milhares de *Volksdeutsche*, sobretudo os oriundos do Báltico e do Tirol, e organizar a colonização dos territórios ocupados no Leste Europeu (KAMMER & BARTSCH, 1992, p. 219). Muitos *Volksdeutsche*, inclusive do Brasil, solicitaram e receberam, por conta da sua ascendência, a cidadania alemã pelo órgão responsável, o *Einwandereramt*.

Nas fontes oficiais consultadas, mesmo nas publicadas durante o governo nacional-socialista, nem sempre essas terminologias tiveram o mesmo significado. Em muitas fontes dos anos 1930, o significado do termo *Auslandsdeutsche* era muitas vezes ambíguo e nem

¹¹ Sobre a participação de cidadãos brasileiros como soldados na II Guerra Mundial do lado da Alemanha ver TAVARES (1951) e OLIVEIRA (2008).

sempre permitia discernir se se referia aos cidadãos alemães no exterior ou a todos os considerados nacionalmente e racialmente alemães no exterior.

A terminologia foi padronizada oficialmente pelas mais altas esferas do governo nacional-socialista, quando surgiram denúncias na imprensa internacional acerca dos interesses imperialistas do governo nacional-socialista e, com isso, problemas nas suas relações externas, diante das atividades de membros do NSDAP fora da Alemanha. Tais fatos e interesses políticos externos levaram a liderança da Organização para o Exterior do NSDAP e o secretário de Estado, em conversa com o representante do Führer, em 1937, a definir um conceito para *Auslanddeutsche* que traçasse uma linha clara de divisão em relação aos *Volksdeutsche*. Esse posicionamento se pautava na concepção de que tais terminologias não se tratavam somente de uma questão jurídica, mas de uma questão política, em razão dos problemas diplomáticos existentes. A partir de então, todos os órgãos do governo deveriam passar a considerar *Auslandsdeutsche* somente o cidadão alemão no exterior e *Volksdeutsche* o alemão no exterior portador de nacionalidade estrangeira. No caso do Brasil, um dos grandes motivos de problemas diplomáticos foi a admissão de descendentes de alemães nascidos no Brasil, portanto, brasileiros pelas leis do país, nas raízes do NSDAP.

Em relação às populações “alemãs” no Brasil, fontes oficiais, periódicos ou produzidas pelos próprios migrantes durante o período pesquisado faziam uso de distintos termos para nomeá-las, revelando a multiplicidade de identificações ou de auto-identificações possíveis: *Brasildeutsche*, *Brasiliendeutsche*, *Deutsche in Brasilien* (alemães do Brasil ou no Brasil); *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro); *Auslandsdeutsche*, *Auslanddeutsche* (alemão no exterior); *Überseedutsche* (alemão do Além Mar); *Reichsdeutsche* (cidadão alemão), em contraposição ao *Volksdeutsche* (descendente de alemães sem a cidadania alemã); *Neudeutscher* (alemão novo), em contraste com o já estabelecido há tempo no país (*Alteingesessener*), etc. O uso de tais expressões revelava diferentes formas de conceber o pertencimento étnico-nacional, de pensar as ligações com o Brasil e a Alemanha e de se posicionar ideologicamente e politicamente.

As populações de língua alemã no Brasil – os números variam entre 600.000 e 1 milhão, na década de 1930 - eram constituídas por alemães e descendentes de diferentes levadas migratórias ou que haviam imigrado individualmente, distribuídas em diferentes regiões do vasto país, tanto no campo como nas grandes cidades, sob diversas condições e modos de vida. É possível apreender esta variedade de origens e experiências nos questionários e

documentos pessoais dos remigrados contidos em diferentes fundos pesquisados, sobretudo o do *Rückwandereramt*. Em relação ao posicionamento político, obviamente que entre os remigrados estavam pelo menos simpatizantes do nacional-socialismo.

Tanto os *Auslandsdeutsche* como os *Volksdeutsche* eram entendidos pelo governo nacional-socialista como parte da grande *Volksgemeinschaft* (comunidade racial e nacional alemã). O NSDAP no Brasil instrumentalizava a ideia de um pertencimento dos descendentes de alemães a esta *Volksgemeinschaft*, na tentativa de angariar simpatias e novos membros. Em 1935, num texto propagandístico publicado em forma de carta no almanaque *Blumenauer Volkskalender*, de Blumenau-SC, o qual propagava o nacional-socialismo no sul do Brasil, intitulada “Ein Brief aus der Heimat” (Uma carta da pátria) são citados diversos líderes da Alemanha nacional-socialista que haviam nascido fora das fronteiras políticas daquele país, com o propósito de acentuar o pertencimento deles e de outros *Auslandsdeutsche* à *Volksgemeinschaft* e de mostrar sua importância ao regime nazista. O autor fictício da carta, “Freund Michel” (Amigo Michel), um símbolo que personificava o alemão – procurava assim “assegurar, a seu querido amigo alemão”, o seguinte: “Vocês não serão esquecidos e não deixarão de ser reparados”. No almanaque não se especifica a compreensão dada ao termo *Auslandsdeutsche*, se eram somente aqueles alemães que ainda gozavam do direito à cidadania alemã ou todos os “alemães” nascidos no exterior.

O conceito de *Volksgemeinschaft*, entretanto, não era novidade durante o III Reich, nem assumiu sempre os mesmos significados, como apontam os historiadores Frank Bajohr e Michael Wildt. Ele já era corrente durante a Primeira Guerra Mundial e constituía um conceito político chave para quase todos os partidos políticos durante a República de Weimar. O conceito foi propagado com sucesso sobretudo pelos nacional-socialistas. Para os mesmos autores, a promessa da comunidade social e da reascensão nacional, de uma unidade política e da superação da sociedade de classes contribuíram de forma fundamental para a atratividade do nacional-socialismo (BAJOHR & WILDT, 2009, p. 8-9).

A noção de *Volksgemeinschaft* foi vista muito tempo pelos historiadores como uma mera fórmula de propaganda. Hoje são dedicados muitos trabalhos a este tema nas pesquisas, congressos e exposições sobre nacional-socialismo.¹² Na compreensão do historiador Norbert Frei, este conceito nos leva ao „núcleo do problema“ (FREI apud BAJOHR und WILDT,

¹² Exemplo mais recente foi a exposição *Die Hitler und die Deutschen: Volksgemeinschaft und Verbrechen*, no Museu Histórico Nacional de Berlim, entre 2010 e 2011, uma das exposições mais visitadas daquela instituição.

2009, p. 9). Ele nos parece também fundamental para pensarmos a remigração de alemães a partir do Brasil durante o III Reich.

O termo *Volksgemeinschaft* foi largamente utilizado, sob diferentes variáveis, Entre os chamados *Auslandsdeutsche* ou ao se referir a eles. No dicionário intitulado *Kleines Handwörterbuch des Grenz- und Ausland-Deutschtums*, publicado em 1936 pela VDA (*Verein für das Deutschtum im Auslande*) e pelo *Institut für Auslandkunde, Grenz- und Ausland-Deutschtum*, um instituto dedicado ao estudo e publicação sobre os alemães que viviam fora das fronteiras políticas da Alemanha, se define o conceito *Volksgemeinschaft* relacionando-o aos „alemães no exterior“. Segundo a definição, o conceito extrapolaria as fronteiras políticas da Alemanha e, apesar da separação geográfica e política das partes do *Volk* (povo) alemão, a *Volksgemeinschaft* permaneceria devido à consciência de um pertencimento racial e nacional.

Este sentimento de pertencimento étnico, nacional e racial estava presente não somente entre os que voltaram à Alemanha durante o III Reich, mas também entre muitos descendentes de imigrantes alemães que viviam no Brasil e que ali permaneceram durante o mesmo período. Estes, entretanto, foram alvos de uma política nacionalizadora e de repressão política durante o Estado Novo que visou erradicar tais sentimentos de pertencimento étnico, nacional e racial e investir na „brasilidade“.

A “repatriação” após a II Guerra Mundial: de alemães a brasileiros?

O desfecho da II Guerra Mundial e a Europa em ruínas pôs fim aos sonhos do “grossdeutsches Reich” (grande Reich alemão) e fez muitos descendentes de alemães se lembrarem de sua cidadania brasileira. De “alemães no exterior” que haviam voltado à *pátria* (“*heim ins Reich gegangenen* “Auslandsdeutsche”), muitos dos que haviam nascido no Brasil passaram a ser reconhecidos pelos Aliados como estrangeiros, ou seja, pessoas com direito à “repatriação” (grifos meus).

Era grande a preocupação dos Aliados em administrar a Alemanha, por conta do caos populacional, da falta de moradia e de mantimentos. Sua política visava repatriar, o quanto antes, os chamados *displaced persons* (deslocados de guerra).

O Brasil foi o único país latino-americano convidado a enviar uma Missão Militar para a Alemanha ocupada. Ela visava, entre outras tarefas, localizar e repatriar os cidadãos brasileiros. Em dezembro de 1945 o Conselho de Controle Aliado designou por decreto executivo a Missão Militar Brasileira, a qual partiu em janeiro de 1946, via Washington, para a Alemanha, onde se instalou no Setor Militar Norte-americano de Berlim (TAVARES, 1990, p. 299). Desta forma o Estado brasileiro pôde representar seus interesses na Alemanha após o conflito mundial. Como parte das 16 nações aliadas que haviam vencido a guerra, o Brasil também foi membro do *Displaced Persons Branch of the Supreme Headquarters Allied Expeditionary Force* e participou da organização da UNRRA (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*), a qual era responsável pelos deslocados de guerra (TAVARES, 1951, p. 43).

A repatriação dos cidadãos brasileiros foi autorizada pela divisão responsável pelos prisioneiros de guerra e deslocados de guerra (*POW & DP Division*). O livro publicado por Lyra Tavares, inicialmente sub-coordenador da Missão Militar Brasileira, *Quatro anos na Alemanha ocupada*, publicado pela editora do Exército em 1951, o qual relata os trabalhos desenvolvidos, retrata a repatriação como uma missão humanitária levada a cabo pelo Exército Brasileiro na Alemanha ocupada. O Estado brasileiro, que durante a guerra havia controlado, prendido e confinado muitos alemães no Brasil, logo após a guerra repatriou às suas custas muitos dos seus parentes brasileiros e mesmo permitido a entrada de alemães “politicamente indesejados” pelos Estados Unidos. Apesar de Lyra Tavares se referir ao “problema moral” relacionado aos desejosos de retornar ao Brasil que possuíam dupla cidadania e que haviam sido soldados pela Alemanha na II Guerra, a maioria pôde retornar.

O Decreto-Lei n. 383, em seu artigo 2º, estabelecia a perda da nacionalidade brasileira àquele que por naturalização voluntária adquirisse outra nacionalidade, àquele que aceitasse comissão ou emprego remunerado do governo estrangeiro, como a prestação de serviço militar e àquele que tivesse revogada a sua naturalização por exercer atividade política ou social nociva ao interesse nacional.¹³ Este era o caso de inúmeros cidadãos brasileiros que haviam trabalhado e serviço nas forças armadas alemãs durante o III Reich e que haviam se naturalizado alemães. Entretanto, segundo o responsável pela missão militar, como a maioria destes casos se referia a jovens menores de 21 anos, a repatriação se baseou no artigo 18 das disposições transitórias da Constituição Federal de 1946, o qual assim dispunha: “Não

¹³ BRASIL. Decreto-Lei n. 389, de 25 de abril de 1938.

perderão a nacionalidade os brasileiros que, na última guerra, prestaram serviço militar às Nações aliadas, embora sem licença, do Governo brasileiro, nem os menores que, nas mesmas condições, os tenham prestado a outras nações”.¹⁴

O governo brasileiro tinha interesse no retorno de cidadãos brasileiros e na recepção de mão de obra técnica e especializada para o desenvolvimento da indústria e agricultura brasileiras. O aliciamento de mão de obra imigrante era, inclusive, uma das tarefas da Missão Militar Brasileira em Berlim.

Na análise do processo de repatriação, entre 1946 e 1949, se percebe também a reorientação das forças políticas internacionais, a qual configurou o início da guerra fria. A análise da documentação sobre a “repatriação” dos brasileiros encaminhada e recebida pela Missão Militar Brasileira, existente no Arquivo do Itamaraty e sobre o assunto nos fundos digitalizados do OMGUS, no Instituto de História Contemporânea de Munique, permite perceber que as condições para o retorno ao Brasil dependeram não somente da situação interna no Brasil e na Alemanha, mas também dos interesses econômicos e políticos dos Aliados.

Muitos descendentes de alemães oriundos do Brasil aproveitaram o reconhecimento da cidadania brasileira e reivindicaram a proteção do Estado Brasileiro após a guerra. Muitos deles também puderam levar consigo o cômputo de cidadania alemã.

Como podemos perceber, estes cidadãos brasileiros, num espaço temporal de dez anos, reuniram em torno de si diferentes identificações, tanto na Alemanha, como no Brasil, negociando suas identidades neste processo. Antes da guerra eram identificados ora como cidadãos brasileiros, ora como alemães, em suas diferentes terminologias. No momento de sua remigração para a Alemanha, foram identificados como remigrantes (*Rückwanderer*) ou retornados (*Rückkehrer*). Depois da guerra as identificações mudam e, de repente, pelo menos entre os desejosos de repatriação, são reconhecidos e se reconhecem enquanto brasileiros, sul ou latino-americanos. Estas mudanças de identificações se deram em meio a um processo de significativas mudanças na história contemporânea.

Além de mudanças de identificações por outrem, há que se levar em conta as estratégias e a negociação de identidades pelos próprios sujeitos migrantes neste processo. Como o relato oral citado no início deste artigo indica, o realce da cidadania brasileira junto

¹⁴ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm acesso em 30.09.2011.

aos Aliados logo após a guerra foi uma estratégia eficaz utilizada no sentido de lidar com a situação da derrota alemã. No caso dela e de outros, foi o meio utilizado para voltar ao Brasil. Mas o fato de o reconhecimento da cidadania brasileira ter ocorrido, pelo menos neste caso, meramente por razões práticas e interessadas, fica claro noutra parte da entrevista, quando a senhora Vogt se refere ao Holocausto: „aí nós alemães só temos é que nos envergonhar“...

Fontes

Entrevista concedida à autora pela senhora Vogt (pseudônimo). Curitiba, 10.02.2010.

GROTHER, Hugo. Kleines Handwörterbuch des Grenz- und Ausland-Deutschtum. München/Berlin: Verlag R. Oldenbourg, 1936.

TAVARES, Cel. A. de L. Quatro anos na Alemanha ocupada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

_____. Die brasilianische Militärmission in Berlin (1946-1949)/A Missão Militar Brasileira em Berlim (1946-1949). Deutschbrasilianische Hefte/Cadernos Germano-Brasileiros, n. 5, p. 296-307, 1990.

Referências

BAJOHR, Frank; WILDT, Michael. Volksgemeinschaft. Neue Forschungen zur Gesellschaft des nationalsozialismus. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 2009.

GEBEL, Ralf. „Heim ins Reich!“ Konrad Henlein und der Reichsgau sudetenland (1938-1945). München: Oldenbourg, 1999.

KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945. Hamburg, Rowohlt, 1992.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. Konflikt und Anerkennung. Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro. Berlin, 2002. Tesis (Doutorado) – Zentrum für Antisemitismusforschung – Technische Universität zu Berlin.



NORDEN, Jörg van. “Heim ins neue Deutschland Adolf Hitlers”: die Evakuierung der Spaniendeutschen während des Spanischen Bürgerkrieges. Saarbrücken: Verl. Für Entwicklungspolitik Saarbrücken, 1998.

OLIVEIRA, D. Os soldados brasileiros de Hitler. Curitiba. Editora Juruá Ltda, 2008.

WIRZ, Albert. Für eine transnationale Geschichte. Geschichte und Gesellschaft, n. 27, p. 489-498, 2001.

ZENTNER, Christian. Heim ins Reich: der Anschluss Österreichs 1938. München: Südwest-Verl. 1988.